



**INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA DO LUGAR: GOIÂNIA, CASA ERUDITA E
CASA ORDINÁRIA.**

**INTERPRETACIONES DE LA HISTORIA DEL LUGAR: GOIÂNIA, VIVENDA
ERUDITA Y VIVIENDA ORDINARIA**

**INTERPRETATIONS OF THE HISTORY OF THE PLACE: GOIÂNIA, ERUDITE
HOUSE AND ORDINARY HOUSE.**

Oliveira, Simone Borges Camargo de¹
Universidade Federal de Goiás, Brasil
simoneborges.arq@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas das questões levantadas pela pesquisa da minha tese de doutorado, em andamento, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás – Brasil –, apresentada no exame de qualificação. Tem como objeto a leitura de indícios sobre a cidade de Goiânia, projetada nos moldes conceituais de cidade moderna planejada para ser a capital do Estado de Goiás em 1933, e se fundamenta na hipótese da cidade como lugar de segregação social e espacial urbana, desde a sua fundação, mediante o estudo do objeto casa, do “morar ordinário” do “homem comum” e do morar erudito “qualificado”. Nesse sentido, procuro identificar os diversos grupos sociais – os lugares de ocupação das casas comuns “ordinárias” e das casas eruditas, na cidade segregada – cidade informal e na cidade planejada – cidade formal, entre as décadas de 1930 a 1950. A escrita narrativa percorre o processo de desconstrução da historiografia oficial goianiense, para re-construir diferentes perspectivas e interpretações dos fragmentos, das imagens do passado e à luz do presente. Este artigo aborda de forma breve os modelos iniciais de casas residenciais, destinadas aos funcionários do Governo de Goiás, que adquirem a terminologia peculiar “Casas-Tipo”; explana sobre as manifestações das linguagens estéticas arquitetônicas, que representam o morar erudito “qualificado” e as casas dos operários, expressão do “morar ordinário” do “homem comum”, que coexistem no tempo e no espaço da construção de Goiânia. Um lugar que pode demonstrar as relações simbólicas e culturais como lugar de embate, de apagamento da memória cultural patrimonial.

Palavras chave: Cidade Moderna, Casa Erudita, Casa Ordinária, Usos da Memória, Goiânia.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Linha de pesquisa: Ideias, saberes e escritas da (e na) história. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8588488977377568>. Parte deste artigo foi apresentado no exame de qualificação do PPGH-UFG – Brasil. O trabalho foi realizado com apoio da bolsa de doutorado, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, n° chamada/ano: 07/2018 CAPES/FAPEG.



Resumen

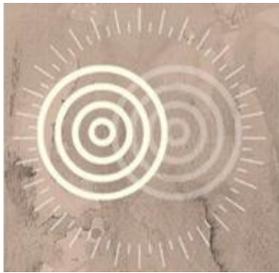
Este artículo tiene como objetivo presentar algunas de las preguntas suscitadas por la investigación de mi tesis doctoral, en curso, del Programa de Posgrado en Historia en la Universidad Federal de Goiás - Brasil -, presentada en el panel de calificación. Tiene por objeto la lectura de evidencias sobre la ciudad de Goiânia, proyectada en los moldes conceptuales de una ciudad moderna proyectada para ser la capital del Estado de Goiás en 1933, y se basa en la hipótesis de la ciudad como lugar de segregación social y espacial, desde su fundación, a través del estudio de la casa objeto, de la “habitación ordinaria” del “hombre común” y de la vivienda erudita “cualificada”. En este sentido, trato de identificar los diferentes grupos sociales - los lugares de ocupación de las casas comunes "ordinarias" y las viviendas eruditas, en la ciudad segregada - ciudad informal y en la ciudad planificada - ciudad formal, entre las décadas de 1930 y 1950. La escritura narrativa pasa por el proceso de deconstrucción de la historiografía oficial de Goiás, para reconstruir diferentes perspectivas e interpretaciones de los fragmentos, de las imágenes del pasado ya la luz del presente. Este artículo aborda brevemente los modelos iniciales de viviendas, destinados a los empleados del Gobierno de Goiás, que adquieren la peculiar terminología “Tipo Casas”; explica sobre las manifestaciones de los lenguajes estéticos arquitectónicos, que representan el habitar erudito “calificado” y las viviendas de los trabajadores, expresión de la “habitación ordinaria” del “hombre común”, que conviven en el tiempo y en el espacio de la construcción de Goiania. Un lugar que pueda evidenciar relaciones simbólicas y culturales como lugar de choque, de borrado de la memoria patrimonial cultural.

Palabras clave: Ciudad Moderna, Vivienda Erudita, Vivienda Común, Usos de la Memoria, Goiânia.

Abstract

This article aims to present some of the questions raised by my doctoral research in progress, from the Postgraduate Program in History of the Federal University of Goiás – Brazil. It has as goal the reading of evidence about the city of Goiânia, projected in the conceptual molds of a modern city planned to be the capital of the State of Goiás in 1933, and it is based on the hypothesis of the city as a place of urban social and spatial segregation, since the its foundation, through the study of the house object, of the “ordinary dwelling” of the “common man” and of the “qualified” erudite dwelling. Hence, I try to identify the different social groups - the places of occupation of the "ordinary" common houses and the erudite houses, in the segregated city - informal city and in the planned city - formal city, between the 1930s and 1950s. The writing goes through the process of deconstruction of the official historiography of Goiás, to re-construct different perspectives and interpretations of the fragments, of the images of the past and in the light of the present. This article briefly discusses the initial

models of residential houses, intended for employees of the Government of Goiás, who acquire the peculiar terminology “Casas-Tipo”; explains about the manifestations of



architectural aesthetic languages, which represent the “qualified” erudite living and the workers’ houses, an expression of the “ordinary living” of the “common man”, which coexist in time and in the space of the construction of Goiânia. A place that can demonstrate symbolic and cultural relations as a place of clash, of erasure of the cultural heritage memory.

Keywords: Modern City, Erudite House, Ordinary House, Uses of Memory, Goiânia.



Introdução

A cidade é, em si, um lugar de experiência, dentro dela tudo se esconde e se revela, é território de disputa de fronteiras visíveis e invisíveis. Muito além do dualismo simplista, a cidade na história e a história da cidade tem, em potência no seu tempo presente, vários passados e possibilidades de vários futuros. As “experiências” dos habitantes na cidade abrem inúmeras e significativas experiências, caminhos de pesquisa, de escuta. Além do mais, “a cidade como um território de dobras” no espaço-tempo é lugar de subjetividade (subjetivação), complexidade, instabilidade, tensão e incerteza – pontos e superfícies entrelaçadas que se cruzam e voltam a se cruzar, em vórtice.

A tese proposta ao PPGH-UFG, tem como objeto de reflexão a “casa”, a “morada”, o “habitar” – morar ordinário do homem comum – e morar erudito “qualificado” na cidade de Goiânia. O município de Goiânia, está localizado na região Centro Oeste do Brasil, dentro da mesorregião do estado de Goiás. O recorte temporal está localizado entre as décadas de 1930 e 1950, bem como em alguns estudos de caso até o tempo presente, 2021. O tema é desenvolvido pelo prisma dos conceitos de moderno e modernidade, investiga os discursos regionais e nacionais para a mudança da “antiga capital” e a construção da “nova capital” de Goiás – nos moldes da urbanística e arquitetura modernas, as várias relações existentes e relacionadas ao processo desenvolvimentista da construção da identidade nacional, o golpe de estado de 1930, a produção e o financiamento de moradias populares na Era Vargas (1930-1945), até a construção de Brasília, em 1960.

Na “origem” da implementação do projeto urbanístico do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima (1933-1935), para a cidade de Goiânia, se configuraram diferenciações de ordens social e habitacional que apontam para a segregação espacial urbana. Por este viés, a cidade desde seu plano diretivo, se ergue também, dessa luta contra a precariedade, dividida, por desigualdades que perduram até nossos dias. Os discursos da historiografia de Goiânia, trazem à tona, pontos coincidentes e/ou dissonantes de ideias e disputas pelo lugar (sua posse e permanência), identificadores ou criadores de identidades locais, identidades produzidas, forjadas em origens diversas. Apontam para uma multiplicidade de identidades possíveis no mesmo lugar, ou não lugares. Nesse sentido, o morar erudito e o morar ordinário, são um encaminhamento ou um recorte em que as moradias são complementares de um mesmo real, da cidade moderna planejada de Goiânia, como lugar de segregação desde sua fundação.

Este artigo aborda de forma breve os modelos iniciais de casas residenciais, destinadas aos funcionários do Governo de Goiás, que adquirem a terminologia peculiar “Casas-Tipo”; explana sobre as manifestações das linguagens estéticas arquitetônicas, que representam o morar erudito “qualificado” e as casas dos operários, expressão do “morar ordinário” do “homem comum”, que coexistem no tempo e no espaço da construção de Goiânia. Um lugar que pode demonstrar as relações simbólicas e culturais como lugar de embate, de apagamento da memória cultural patrimonial.



Narrativa da História regional

A historiografia goiana e a trajetória do fazer historiográfico se constituem por sua diversidade e multiplicidade de contornos, no que tange ao processo de espacialização, territorialização, fluxos econômicos, políticos, demográficos, culturais etc. Por um lado, a historiografia de Goiás estabelece fronteiras, disputas e consensos que delimitam, mas, por outro lado, se colocam como lugar de possibilidade de “seu ultrapassamento”, no que tange ao “caráter” periférico e subalterno, vínculo estabelecido pelas elites estaduais, mas também evidente na escrita historiográfica (Arrais, et al., 2018:12 a 15). Sobretudo, são atribuídos outros contextos de significação que recriam o passado à luz do presente, agora não mais pelo viés fixo da “tradição decadentista”, marcada pelo fim da mineração, ou pela resistência que aguarda a chegada do moderno, ou, ademais, pela representação da ascensão e redenção rumo ao progresso na década de 1930, com a construção da nova capital, Goiânia, dotada pelo viés da nova “identidade moderna para Goiás”.

A narrativa histórica regional trilhou por muito tempo o caminho relacionado ao ciclo do ouro e de sua decadência, consolidado pela visão eurocêntrica, dos viajantes europeus que por aqui passaram no século XIX, e a escrita dos historiadores das primeiras décadas do século XX, que preconizam a espera de um novo ciclo de progresso para o estado de Goiás. A crise política e o golpe de 1930, atrelado às disputas oligárquicas, aos discursos de progresso preconizados na Era Vargas, a propaganda da Marcha para Oeste, constroem os ideais mudancistas, reforçam a imagem da decadência do atraso da cidade de Goiás, o velho, e o progresso, a modernidade com a mudança e a construção da nova capital.

O historiador, Itami Campos analisa, em um dos seus textos, *Mudança da Capital: uma estratégia de poder* (1980), a argumentação do interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, logo ao chegar ao executivo estadual, utiliza seu saber médico como ferramenta de poder. Nesse sentido, Campos observa que o interventor examina Goiás como um doente em toda a sua composição, no que diz respeito ao trabalhador rural e às suas condições de vida miseráveis; ao saneamento urbano e rural; ao que se refere à educação e às profissões; à economia; à justiça e ao poder público. Além disso, postula de tal maneira a situação decadente da cidade de Goiás que não se justifica mantê-la como capital do estado de Goiás. Toda essa argumentação sustenta a estratégia do interventor, que se fundamenta na problemática da saúde pública como justificativa para a transferência da capital de Goiás, e reforça o mito do poder médico e da cura.

A ideia de “progresso – o manto que cobria a Velha Goiás”, seria um dos alicerces para a nova capital, a “mola mestra da ideologia”, “coroamento” dos ideais expansionistas do governo Vargas, por meio da Marcha para o Oeste. Nesse sentido, o autor observa que a criação de Goiânia é vista como uma grande conquista da era Vargas, pois a cidade “seria a própria antítese de Goiás”; é um significativo reflexo da política varguista e de seus apoiadores, uma vez que, aliando a ideologia do progresso ao nacionalismo, caminha para a centralização do poder no país. A cidade de Goiânia passa a ser observada de maneira utópica, própria do contexto nacional que acabara de vivenciar a “Revolução de 1930”. Assim, tem-se



a visão de que essa transformação trará uma nova vida e um novo tempo (Chaul, 1999:83 a 85).

Segundo Chaul, no livro *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (1999), a historiografia oficial praticamente limita sua referência aos construtores da capital goiana como

sendo a estes nomes: Pedro Ludovico Teixeira, idealizador e fundador de Goiânia; Attilio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy elaboraram o projeto arquitetônico da cidade; os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno foram os construtores da cidade. Na verdade, os construtores de Goiânia foram mais de quatro mil anônimos que, vindos do interior do estado, de Minas, de São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo “vales” no fim do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir.

Na visão de Chaul (1999), a cidade de Goiânia teve sua construção baseada na exploração da penúria do operário, que era a forma de se obter mais lucro com a construção, além de fazer com que esse trabalho se tornasse para ele uma prisão, que não teria outra opção de renda devido à miséria. Nesse contexto, a Superintendência de Obras recebeu aproximadamente quatro mil trabalhadores, número que varia de acordo com a oferta financeira do estado. Além disso, o autor ressalta que essa situação de exploração levou à realização de algumas greves e agitações entre os anos de 1935 e 1936 (Chaul, 1999:113).

A cidade

A cidade de Goiânia teve entre 1933 a 1938 três planos urbanísticos. O primeiro plano de 1933-1935 do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, o segundo plano de 1936 do engenheiro Armando Augusto de Godoy e o terceiro plano, Decreto-lei 90-a, de 1938, realizado pela empresa Coimbra Bueno.

Para a realização do plano urbanístico da nova capital, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, primeiramente, convida Alfred Agache, no entanto, Agache não realiza o plano da nova capital de Goiás. Nesse sentido, em 1932, o interventor convida o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima para realizar a concepção do projeto da cidade e, em 1933, Attilio é contratado. As diretrizes norteadoras da proposição para Goiânia refletem a formação técnica ligada ao urbanismo moderno racional. O traçado utiliza o princípio de zoneamento (zoning), com grandes vias de circulação, e prevê parques lineares e áreas verdes como reservas ambientais (Oliveira, 2016:43).

O primeiro plano urbano de 1933-1935 (Figura 1), é dividido por cinco setores, parques lineares e áreas verdes, como reservas ambientais (Bosque dos Buritis, jardins nas avenidas principais e ruas), Aeródromo, Estação Ferroviária e menção a Campinas. O zoneamento define as atividades e funções de todos os setores e subsetores. O Setor Central apresenta traçado radiocêntrico, de onde irradiam as Avenidas: Goiás (antiga Avenida Pedro Ludovico),



Tocantins e Araguaia. O setor é destinado ao Centro Cívico, às atividades administrativas, comerciais, de serviços e residenciais (Casas-tipo), para funcionários do governo e população de “classes A e B”².

Para quem se destina à cidade moderna, hierarquizada e higienizada, neste sentido, é o primeiro setor a receber infraestrutura urbana. Como parte do traçado do Setor Central, a Avenida Anhanguera, local de comércio, é o principal eixo de comunicação que corta a cidade de leste a oeste.

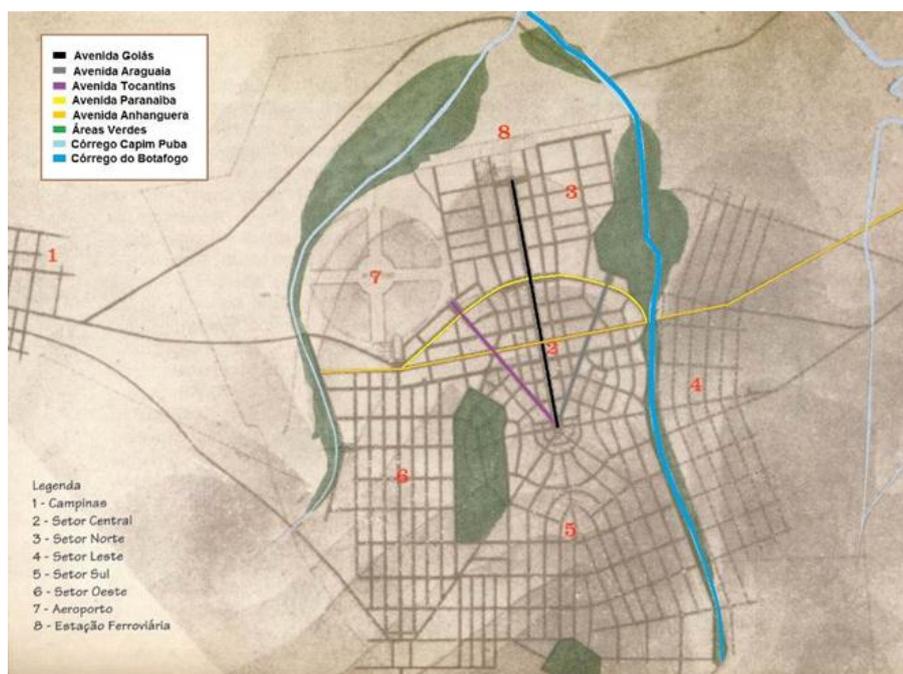


Figura 01: Plano Diretor de Goiânia, autoria de Attilio Corrêa Lima, 1933-1935.

Fonte: Attilio Corrêa Lima, 1937; Tania Daher, 2003:134.

Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira, 2020.

O Setor Norte, de traçado mais regular, abriga a Zona Industrial, as “moradias operárias”, modelo (casa popular) para a “população de classe C”, que possuem parcelas fundiárias menores em relação ao Setor Central. Logo abaixo desta zona está localizada a área destinada à Estação Ferroviária. O Setor Norte fica abaixo da Avenida Paranaíba, destinada a um zoneamento misto de serviços – comércio e residências –, via de distribuição e circulação, um

² “Classe A, a que detém os maiores recursos econômicos e é formada por grandes empresários, profissionais liberais, grandes comerciantes e fazendeiros, sem excluir a classe dos políticos. A classe B é formada pela classe média de pequenos comerciantes, funcionários públicos bem situados e profissionais liberais sem grandes recursos financeiros. A classe C é formada pelos empregados do comércio, operários e profissionais do nível médio. A classe D é formada pela população desempregada, sem registro de trabalho, sem formação profissional, que sobrevive do trabalho ocasional e não tem praticamente nenhuma assistência do poder público.” (Daher, 2003: 260).



divisor de atividades, mas também um “marco urbano” de segregação social. Durante muito tempo, o Setor Norte foi conhecido como Bairro Popular e depois foi incorporado ao Núcleo Pioneiro Central da cidade.

O Setor Sul tem um traçado regular destinado a habitações. A Zona Leste é delimitada pelas margens do Córrego do Botafogo e a Zona Oeste, pelo Bosque dos Buritis e Córrego Capim Puba, área reservada para habitação. É no Setor Leste que as primeiras casas de Goiânia são construídas, às margens do Córrego Botafogo. São casas comuns “ordinárias”, edificadas pelos trabalhadores imigrantes de todas as partes do país, que chegam em busca de novas oportunidades de vida.

À margem do plano moderno de Atílio, a partir de 1934, se ergue a cidade informal, onde os ranchos, barracões e casebres são construídos com técnicas vernaculares (populares), do período colonial brasileiro, de taipa e de tijolos de adobe, cobertas com palha de buriti, capim e telhas de barro. O lugar não possui a mínima infraestrutura urbana e a locação das habitações é feita ao longo das margens do Córrego Botafogo, de forma gregária e aleatória.

“Em novembro de 1934, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico, aprovou a proposta da empresa Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. Para assumir a direção geral das obras. O objeto do contrato era o mesmo estabelecido no segundo contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia., de Corrêa Lima. Os Coimbra Bueno tiveram interesse em afastar Atílio Corrêa Lima da execução das obras, uma vez que eles planejavam toma-la para a sua gerência com fins políticos e financeiros.”

Diniz, 2007:184

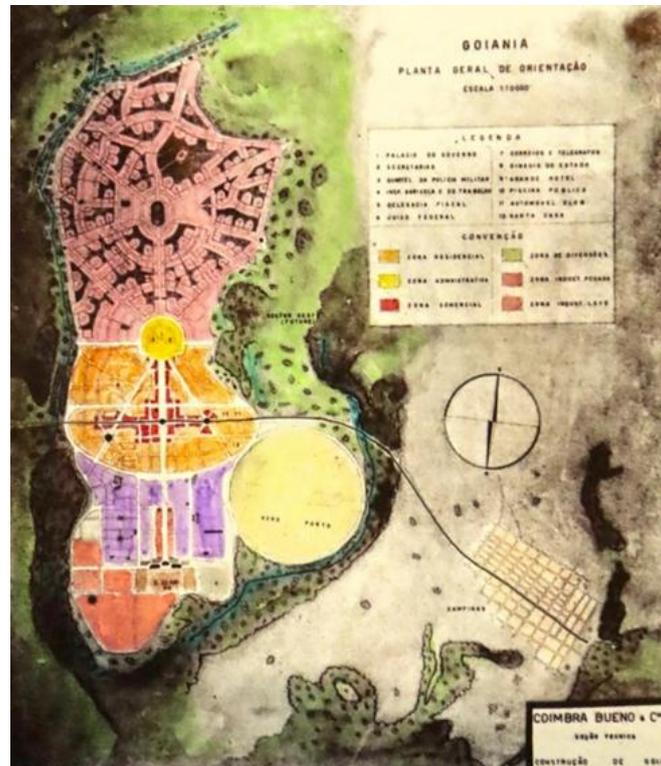
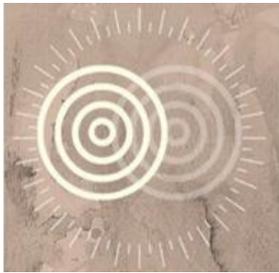
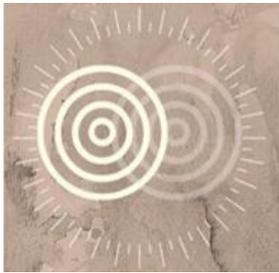


Figura 2 - Plano de Goiânia, autoria Armando Augusto de Godoy. 1936
Fonte: FGV/ CPDOC, 492 – Arquivo: Gustavo Capanema.
Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira, 2020.

Logo em 1935, o Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira, “rompe” o contrato com Attilio e os irmãos Coimbra Bueno convidam, em 1936, o engenheiro Armando Augusto de Godoy para reformulação do plano da cidade (Figura 2). Nesse sentido, o discurso oficial era “vender” a nova capital, Goiânia, como cidade moderna, lugar atrativo, “bom” para se viver, lugar de constituir família e ter progresso de vida, uma grande oportunidade. Várias propagandas são realizadas nos jornais de São Paulo, difundindo esta estratégia.

Segundo Daher (2003:164), Godoy desenha o novo projeto circundando o espaço urbano por um cinturão verde – vale ressaltar que esta proposta foi feita anteriormente por Attilio, mas com outros objetivos. Modifica completamente o Setor Sul, cria a Praça do Cruzeiro, como um segundo centro da cidade, de onde se irradiam quatro avenidas. O plano concebido foi orientado pelo conceito de cidade-jardim. Conservou o traçado do Setor Norte e do Setor Central, modifica e acrescenta alguns usos e funções do plano de Attilio.

O terceiro plano de urbanização de Goiânia (Figura 3), Decreto-lei 90-a, de 1938, foi realizado pelos irmãos engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno, proprietários da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda. Sua característica geral conserva a divisão setorial e o plano radial proposto Attilio; incorpora o projeto modificado do Setor Sul



de Godoy, acrescenta o Setor Coimbra como expansão de Campinas e muda usos das quadras em alguns setores.

“Altera o traçado das Zonas Comercial e de Diversão da região central da nova capital. Com a redução dessas zonas, conseqüentemente foram acrescidos 535 lotes residenciais. [...] eliminadas as áreas do Parque Paineira, reduzidas as extensões do Bosque dos Buritis, onde áreas públicas foram loteadas.

.Diniz, 2007:199

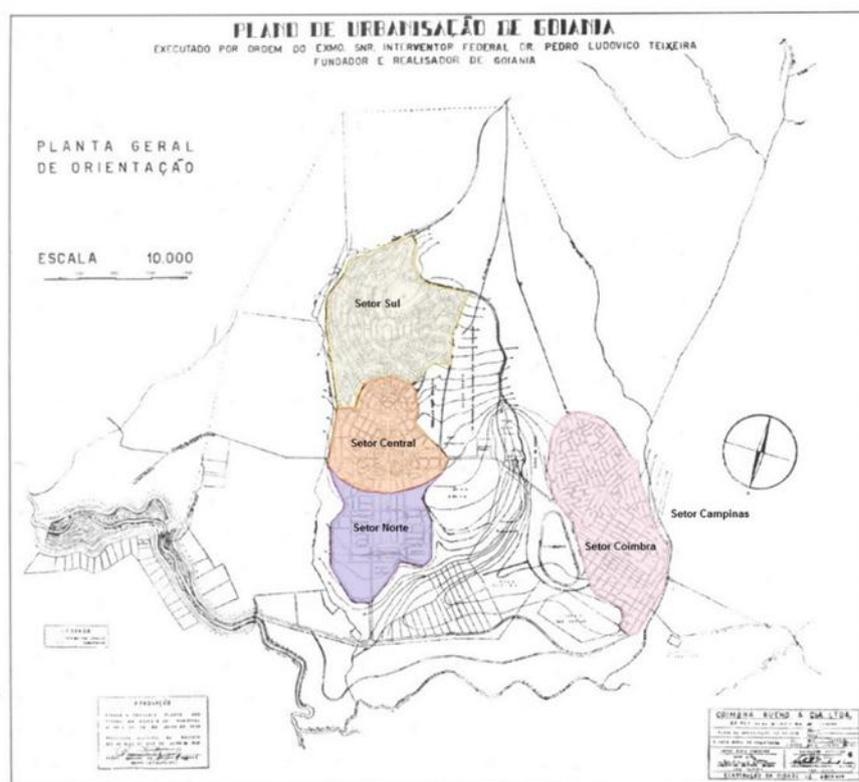


Figura 03 – Plano de urbanização de Goiânia, Decreto 90-A, de 1938, Setor Sul modificado e Setor Coimbra como expansão de Campinas. Fonte: Alvares, 1942; Daher, 2003:200. Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira, 2021.

Segundo Daher (2003:259 a 261), os planos diretores de Atílio, Godoy e dos Irmãos Coimbra Bueno, bem como a forma de planejamento político-administrativo, foram responsáveis pelo tipo de ocupação da cidade. A classe A e B no Setor Central, Sul e Oeste a classe C nas proximidades da Zona Industrial, e a classe D, às margens do Córrego Botafogo e Capim Puba, local que não aparece como ocupação em nenhum dos projetos.



Os primeiras edificações – eruditas e ordinárias

Os primeiros edifícios de arquitetura erudita, construídos na cidade pela firma Coimbra Bueno & Cia, são destinados a abrigar repartições da administração pública, estabelecimentos comerciais e as casas tipo funcionários modelo especiais e algumas casas modelo para operário “casas operárias”.

Os edifícios públicos e comerciais, são localizados no Setor Central, como o Palácio do Governo, na Praça Cívica (Figura 4); Grande Hotel, na Avenida Goiás (Figura 5); Prefeitura de Goiânia, na Avenida Anhanguera esquina com a Avenida Araguaia (Figura 7); Correios e Telégrafos, na Rua 03 esquina com a Avenida Araguaia (Figura 7), seguem a corrente estética do *art déco*, utilizada em quase todo o território brasileiro entre 1930 e 1940.

As casas tipo funcionários modelo especiais (Casas-tipo)³, se localizam na quadra da Rua 20 no Setor Central, (Figura 6). As “casas eruditas”, modelo especiais e as casas dos grupos sociais mais abastados, que Daher classifica como as classes A e B, são projetadas de acordo com imagem e narrativas das casas que circulavam nas revistas da época, como no final da Revista *Acrópole*, em que se apresentavam projetos-modelo. A maioria em linguagem arquitetônica eclética⁴ como: o neocolonial, o normando, missões e o *bungalow*, mas também casas com elementos estéticos do *art déco*. Era uma maneira de “ensinar” o usuário a se adaptar aos novos modos do morar moderno funcionalista, principalmente no que se refere às práticas relacionadas à saúde, que transformam a concepção espacial e funcional da casa.

Algumas casas modelo para operário “casas operárias”, (Figura 10) são construídas, abaixo da Avenida Paranaíba, na Rua 71, no Bairro Popular-Setor Norte. Possuem um ou dois dormitórios, sala, banheiro cozinha e varanda.

³ “Foram construídas 10 casas-tipo, de preços variáveis para servirem de modelos às construções residenciais de Goiânia. Naturalmente para servirem de modelo, tiveram um acabamento acima do nível médio de construções estimável para a cidade e incomparavelmente acima de quaisquer construções do Estado. [...]. Seria inteiramente absurdo tomar-se como termo de comparação para se estabelecer o nível higiênico e arquitetônico das construções daqui, os prédios construídos até então no Estado. [...]” (Monteiro, 1938:469).

⁴ O ecletismo propriamente dito manifestava-se em dois partidos principais. Os chamados ecletismo tipológico – ou Historicismo Tipológico, na terminologia de Luciano Patetta – e ecletismo sintético. O primeiro correspondia à eleição entre os vários estilos da melhor solução para cada tipologia de edifício, já o segundo, combinava elementos de vários estilos em um único edifício, visando o aperfeiçoamento destes mesmos estilos. (Alencar, 2010:17 a 18).



Figura 4 – Praça Cívica, Palácio do Governo, 1937.
Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento,
Prefeitura de Goiânia.

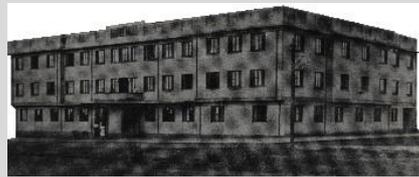


Figura 5 – Grande Hotel, 1939.
Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento,
Prefeitura de Goiânia.



Figura 6 – Vista Aérea do Primeiro Grupo de Casas para Funcionários – Tipo Especiais, Rua 20, década de 1930. Fonte: Acervo MIS | GO.



Figura 7 – Em primeiro plano, sede da Prefeitura, (Av. Anhanguera esq. Av. Araguaia).
Ao fundo, Edifício Agência dos Correios e Telégrafos (rua 3 esq. com Av. Araguaia).
Foto: Eduardo Bilemjian. Fonte: Acervo MUZA|GO.

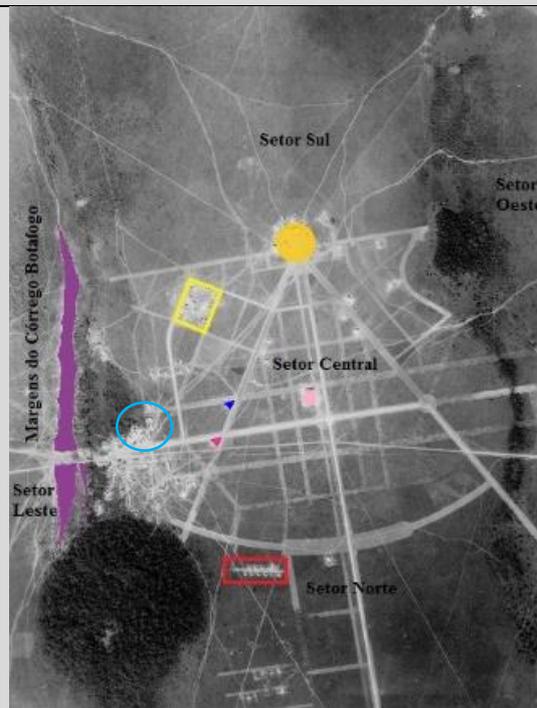


Figura 8 – Vista Aérea do Traçado Urbano de Goiânia, década de 1930. Foto: Autor Desconhecido.
Fonte: Acervo MIS|GO – 02747-036. Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira.



Figura 9 – Casas e casebres nas Margens do Córrego Botafogo, década de 1930.
Foto: Alois Feichtenberger.
Fonte: Acervo MIS | GO. AF1705(2)



Figura 10 – Casas Tipo Populares, rua 71, Bairro Popular, Setor Norte, década de 1930. Fonte: Acervo Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.



Figura 11 – Casas de madeira. Em último plano, casa sede provisória da Prefeitura, década de 1930.
Foto: Autor desconhecido.
Fonte: Acervo MIS|GO – MIS00967.





Enquanto as edificações definitivas destinadas às sedes de governo e funcionários mais “ilustres” estavam em construção, para os funcionários mais graduados são construídas às pressas, nas margens do Córrego Botafogo, em Goiânia 1933/1936, seis casas de madeira (Figura 11), para abrigar a sede provisória da Prefeitura de Goiânia, a Secretaria Geral, o escritório dos Coimbra Bueno e os alojamentos provisórios, para funcionários mais graduados, como o arquiteto Attilio Corrêa Lima. Para os funcionários menos graduados são construídos alguns poucos alojamentos conjuntos.

A grande parte da população migrante operária constrói casas comuns, “casas ordinárias”, a partir de técnicas e saberes populares, vernaculares. Ranchos, casas de taipa, adobe e tábuas, cobertas de palha e/ou telha cerâmica, construídas na década de 1930, nas margens do Córrego Botafogo (Figura 9), pelos primeiros habitantes da cidade de Goiânia. Nesse sentido a pesquisa considera que são as primeiras casas a serem erguidas na capital de Goiás.

“[...] os primeiros habitantes de fato fizeram suas casas de pau-a-pique e palha às margens do córrego Botafogo, fonte de água potável. [...]. Nesse primeiro momento de ocupação, havia [...] uma identificação da paisagem aí observada com o mundo rural.”

Lima Filho, et al., 2007:249 a 250

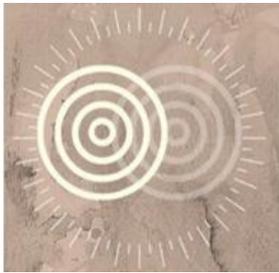


Figura 12 – Vista Panorâmica, margem Córrego do Botafogo.

Goiânia - GO. Foto: Autor Desconhecido.

Fonte: Acervo MIS | GO. MPL340.

“[...] situado às nascentes do córrego Botafogo, em cujas margens foram surgindo, aqui e ali, as primeiras habitações dos operários, casinhas de tábuas, ranchos cobertos de sapé. “A preocupação máxima, na ocasião, foi de conseguir alojamentos ao operariado:



ranchos de capim, casinhas de madeira, barracões de depositas, e tudo o mais foi improvisado, com a incentivação das obras.”

(Alves, 1942:70 a 97)

Importante notar na que todas essas edificações citadas acima estão sendo edificadas ao mesmo tempo em locais diferentes, e em situações, formas, materiais, e tipos de edificações distintos que localizam o grupo social a que pertencem dentro do território, na cidade formal e informal; território de disputa de fronteiras visíveis e invisíveis (Figura 8).

Afinal, o que são as “casas-tipo”?

A narrativa da historiografia da arquitetura da cidade de Goiânia refere-se às primeiras residências “eruditas” edificadas na cidade, com a expressão ou termo, “casas-tipo”. O que seriam as casas-tipo? De onde vem esta terminologia? “Casas-tipo” é uma tipologia arquitetônica?

Como pressuposto teórico, início a pesquisa pelo conceito arquitetônico de “tipo” – “O tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o “caráter distintivo” aos edifícios.” (Pereira, 2010:68). Desse modo, a tipologia da casa é identificada pelo seu tipo e por suas características, programas, atributos formais e tipologias.

Nos livros escritos sobre a construção de Goiânia especialmente em Monteiro (1938), Alvares (1942) e em alguns documentos, há listagens que denominam os tipos de casas a serem construídas na década de trinta. O padrão de lote, definido inicialmente por Attilio com “área mínima de 360 metros quadrados e uma testada nunca inferior a 12 metros” (Monteiro, 1938: 146), além do programa de especificação e descrição de materiais de construção, método construtivo, etc.

As primeiras referências encontradas, pela pesquisa, sobre a edificação de casas para a nova capital não mencionam o termo “casas-tipo”, como demonstrado na entrevista concedida pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira ao jornal Diário da Noite, em 1º de novembro de 1932, intitulada: “O Estado de Goiás construirá em 1933 a sua nova capital”, “Antes de tudo, é preciso notar que vamos iniciar uma obra modesta.” (Monteiro, 1938: 30).

A referência às “casas-tipo” está no relatório do contrato de 15 de novembro de 1935, da Diretoria da Fazenda do Estado de Goiás. Logo no início do texto há menção ao termo.

A primeira referência às “casas-tipo” está no relatório do contrato de 15 de novembro de 1935, da Diretoria da Fazenda do Estado de Goiás. Logo no início do texto há menção ao termo.



“Estando adiantados os serviços de construção do palácio, secretaria geral, e hotel, cuidou o governo de construir casas-tipo para funcionários. [...] assina o Snr. Atilio Corrêa Lima, socio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., para construcção de dez casas-tipo, destinadas a residencia de funcionarios do Estado, na nova capital, em construcção.”

Monteiro, 1938:130

Quadro 1 – Quadro-síntese: “casa tipo” para funcionários e operários

MODELO / TIPO	PROGRAMA ARQUITETÔNICO
“CASA TIPO 1”	1 pavimento.
	Casas Funcionário 3Q 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, copa, cozinha e varanda; com grandes áreas e varandas tomando toda a frente do edifício. (Monteiro, 1938:472)
“CASA TIPO 2”	2 pavimentos.
	Casas Funcionário 4Q 4 dormitórios, 2 salas, <u>2 dois banheiros</u> , um para família e outro para empregados, copa, cozinha, varanda e terraço. Sede do Palácio Provisório. (Monteiro, 1938:472)
“CASA TIPO 8”	2 pavimentos.
	Casas Funcionário 3Q 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, cozinha, varanda e dispensa. Com uma grande garagem; 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro para empregados, garagem em dois pavimentos e no mesmo estilo do edifício. Residência do Governador. (Monteiro, 1938:472)
“CASA TIPO 10”	1 pavimento.
	Casas Funcionário 3Q 3 dormitórios, 2 salas, 1 banheiro, copa, cozinha e varanda; com grandes áreas e varandas tomando toda a frente do edifício. (Monteiro, 1938:472)
“CASA TIPO 11”	2 pavimentos.
	Casas Funcionário 4Q 4 dormitórios, 2 salas, 2 dois banheiros, um para família e outro para empregados, copa, cozinha, varanda e terraço. (Monteiro, 1938, p. 472)
“CASA TIPO 12”	2 pavimentos.
	Casas Funcionário 5Q 5 dormitórios, 2 salas, copa, cozinha, banheiro, uma garagem. Apartamento de empregados anexo, 1 quarto com guarda-roupa embutido e 1 banheiro. Escritório Central da Superintendência de Obras de Goiânia. (Monteiro, 1938:472 a 473)
	1 pavimento.



"CASA TIPO 13 "	Casa Operária – 2Q 2 dormitórios, 1 sala, 1 banheiro, cozinha e varanda. (Monteiro, 1938:472)
"CASA TIPO 14 "	1 pavimento.
	Casa Operária – 2Q 2 dormitórios, 1 sala, 1 banheiro, cozinha e varanda. (Monteiro, 1938:472)
"CASA TIPO 18 "	1 pavimento.
	Casas Funcionário 4Q 4 dormitórios, 2 salas, biblioteca, copa, cozinha, 1 banheiro, quarto de empregados, 1 banheiro de empregado e garagem num só bloco destacado com quarto de chofer anexo. (Monteiro, 1938:472 a 473)
"CASA TIPO 19 "	1 pavimento.
	Casas Funcionário 2Q 2 dormitórios, 2 salas, 2 dois banheiros, um para família e outro para empregados, cozinha e varanda. (Monteiro, 1938:472)

Fonte: Livro *Como nasceu Goiânia*, de Ofélia Socrates do Nascimento, 1938.

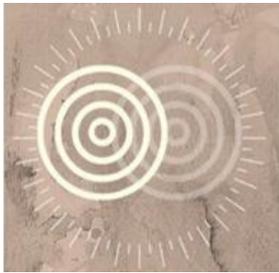
A palavra tipo, designada no relatório do contrato de 15 de novembro de 1935, da Diretoria da Fazenda do Estado de Goiás em Monteiro (1938) e Alves (1942), refere-se a um modelo a ser seguido e não a uma nova tipologia, específica criada para as edificações eruditas, a serem construídas na nova capital.

A questão decisiva se coloca quando examino as várias revistas em voga na época, como a *Acrópole* e *Casa*, as quais trazem modelos de residências a serem repetidas. Nela se inscrevem desenhos de como deve-se construir, de que maneira, um modelo a ser repetido, que o próprio relatório traz.

Nesse contexto, ao considerar as fontes documentais estudadas, as palavras casas e tipo, que formam a designação casas-tipo, é utilizada como termos do léxico em uso da língua portuguesa. Assim, na escrita dos documentos, utiliza-se o termo casas-tipos, como poderia ter utilizado o termo modelo ou grupo de casas A, B, C, D, etc., ou casas 1, 2 ou 3, etc. As fontes documentais pesquisadas até o momento, entre as décadas de 1930 até 2021, não apontam, até o atual contexto, para nenhum documento que se vale do termo casas-tipo, como designação de uma tipologia arquitetônica específica, criada na construção de Goiânia, mas sim, para nomear modelos de casas distintas e que se diferenciam.

Considerações finais

A narrativa sobre o morar é “determinada”, em muitos casos, pelas diferenças socioeconômicas dos vários grupos sociais. O “lugar” e a localização das moradias no território da cidade de Goiânia (Figura 8), impactam as formas, o programa arquitetônico e os tipos de casas em sua materialidade. Segundo Moraes (2003:15), a organização do espaço urbano da capital, propiciou a formação de duas cidades, a cidade dos planos urbanos onde



reside os grupos sociais de maior poder aquisitivo e a cidade periférica lugar de morada para as classes sociais menos favorecidas.

A cidade como lugar de múltiplas imagens cotidianas e o “lugar social” do discurso das várias narrativas, norteiam a pesquisa em busca do seu objeto: o habitar, o morar ordinário e o morar erudito.

“[...] refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.”

Certeau, 1982:65

Os contornos delineados por estas leis silenciosas da operação historiográfica, estão imersos na modernidade. A modernidade “moderniza” a cultura e a sociedade, determinando as formas e os lugares de viver, produzindo, assim, outros significados particulares e individuais.

A linguagem “comum” da “vida cotidiana”, do “homem ordinário”, na modernidade, está estruturada em hipóteses, suposições e conjecturas, que sustentam as falas argumentativas ao analisar fatos e situações cotidianas, a partir de indícios, e sinais, comuns. (Ide, 2000:141), importantes como elos entre presente-passado-futuro.

Referências

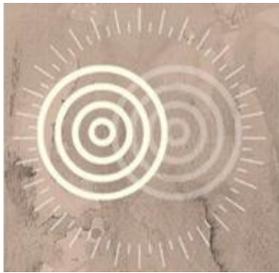
Alencar, A. T. S. de, (2010). Archimedes Memória - O futuro ancorado no passado. Dissertação, PROARQ, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, UFRJ/FAU.

Alves, G., (1942). A luta na epopéia de Goiânia. Uma obra de engenharia nacional. Rio de Janeiro: Gráfica Jornal do Brasil.

Arrais, C. e Sandes, N. F. (org), (2018). A história escrita: percursos da historiografia goiana. Goiânia: Gráfica UFG.

Certeau, M. de, (1982). A escrita da história. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes. Revisão Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Campos, F., (1980). Mudança da capital, uma estratégia de poder. In: Problemas urbanos de Goiânia. Goiânia: Fundação INDUR.



Chaul, N., (1999). A construção de Goiânia e a transferência da capital. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG.

Daher, T., (2003). Goiânia: uma utopia européia no Brasil. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura.

Diniz, A. (2007). Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935). Ideal estético e realidade política. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2901> . Acesso em: 15 mai. 2015.

Prefeitura Municipal de Goiânia, (1985). Memória Cultural: ensaios da história de um povo. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura.

Ide P., (2000) A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes.

Lima, A., (1937). Goiânia, a nova capital de Goiás. Rio de Janeiro: Arquitetura e urbanismo, mar./abr.

Lima Filho, M. e Machado, L. A. (org.), (2007). Formas e tempos da cidade. Goiânia: Cânone Editorial: Ed. UCG.

Monteiro, O. S. do N., (1938). Como Nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”.

Moraes, L., (2003). A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: UCG.

Oliveira, S. B. C. de, (2016). Eurico Calixto de Godoi na Formação da Arquitetura Moderna em Goiânia: reflexão e esboço para catalogação. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8645>. Acesso em: 01 out. 2016.

Pereira, R., (2010). Quatremère de Quincy e a ideia de tipo. Revista de História da Arte e Arqueologia - RHAA, n. 13, jan./jul., p.55-77.



Simone Borges Camargo de Oliveira

DOUTORANDA no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG) 2018. MESTRE pelo Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade UFG-GO (2016), Título: Eurico Calixto de Godoi na Formação da Arquitetura Moderna em Goiânia. ESPECIALISTA em Filosofia, Cultura Memória e Linguagem pela PUC-GO (1998), Título: O Ser a Coisa e a Obra - Origem da Obra de Arte em Heidegger. GRADUAÇÃO: Filosofia PUC-GO(1997) e Arquitetura e Urbanismo PUC-GO(1991). Pesquisadora na UFRGS: Arquitetura, Derrida e aproximações(2016-Atual). Pesquisadora na FAFICH-UFMG: Perspectiva Pictorum: as arquiteturas ilusórias nos tetos pintados no Mundo Português séculos XVII e XVIII, (2006-Atual). Integrante do projeto (2021-Atual-UFMG): Profissionais Brasileiros do Campo da Conservação e Restauração de Bens Culturais: Inventário dos Centros De Saberes Tradicionais do Brasil. Integrante do projeto (2021-UFMG): 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Doc. Pesquisadora na FAV-UFG: Reconstruindo documentações: narrativas e caminhos do projeto moderno em Goiânia(2015-2021). Participou da organização: GOYAZ 2001 + 20: patrimônio mundial, qual humanidade? (2021-FCS-UFG). Participou voluntária: Ação educativa patrimonial Deriva do Bem, FAV-UFG(2017-2021). É associada do Comitê Científico de Documentação do ICOMOS Brasil, e do ICOMOS Brasil DOC; é associada do DOCOMOMO Brasil; é associada do Instituto de Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Goiás IBAPE/GO, matrícula IBAPE-GO nº 152; é associada da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação ANPARQ e representante no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro - Goiás; é associada da Associação Nacional de História-ANPUH. É Arquiteta e Urbanista com registro no CAU-BR, possui 32 anos de exercício e experiência profissional em escritório próprio. Tem dezenas de projetos registrados no CREA-GO e CAU-BR. Foi Gerente de Fiscalização e Manutenção de Obras do Patrimônio Cultural, da Superintendência de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, da Secretaria de Estado Secretaria de Estado de Cultura, SECULT-GO Estado de Goiás(2019-2020). Foi professora da Pós-Graduação da RTG e PUC-GO, no curso de Auditoria, Avaliações, Patologias e

Simone Borges Camargo de Oliveira

INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA DO LUGAR: GOIÂNIA, CASA ERUDITA E CASA ORDINÁRIA



Perícias em Arquitetura e Engenharia (2018/01). Foi professora substituta na FAV-UFG(2016-2017), nos cursos: Arquitetura e Urbanismo, Eng. Civil, Eng. Elétrica, Eng. Física e Design de Ambientes. Foi professora do Dep. de Artes e Arquitetura da PUC-GO(1999 a 2013) nos cursos: Arquitetura e Urbanismo, Design, Publicidade e Propaganda. Atua nas linhas de pesquisa: ideias, saberes e escritas da (e na) história; história da cidade; história da arquitetura e patrimônio histórico artístico e cultural; história de Goiânia e arquitetura moderna; restauro, conservação e requalificação de edifícios históricos; avaliações, patologias e perícias em arquitetura. Possui experiência profissional nas áreas de Planejamento e Projetos da Edificação em: Arquitetura e Urbanismo; Conservação e Requalificação de Edifícios Históricos; Arquitetura de Interiores; Design de Ambientes; Design de Produto e Design Gráfico; projeto de edifícios residenciais, edifícios corporativos, comerciais, projetos urbanos e planejamento de empreendimentos sustentáveis; projetos em áreas de patrimônio histórico; mapas de danos de edifícios históricos; projetos de acessibilidade do edifício e das cidades de acordo com as normas da ABNT; adequação e compatibilização de projetos a NBR 15575; estudo de marketing em arquitetura; estudo e análise ergonomia do sistema de trabalho em ambientes comerciais, hospitalares e hoteleiros; vistorias técnicas; arquitetura e design de interiores e de produtos. Participou de mostras municipais e regionais na área de arquitetura e design. Realiza eventos e ações de pesquisa e extensão com publicações nas áreas de: Arquitetura e Urbanismo; História; Patrimônio Histórico Cultural; Educação Patrimonial; Filosofia; Design; áreas afins e correlatas.